

# Escola Base e Imprensa

## O Jornalismo no Banco dos Réus

Preparado por Sílvio Henrique Vieira Barbosa, da ESPM/SP<sup>1</sup>.

Recomendado para as disciplinas ligadas a apuração e produção da notícia, como: Apuração e Texto Jornalístico I e II; Teoria da Comunicação I e II; Técnicas de Entrevista e Pesquisa em Jornalismo I e II; Perspectiva Crítica da Notícia; Produção e Edição de Audiovisual; Ética Jornalística; Legislação Jornalística; Produção e Edição de Imagem.

### RESUMO

O Caso Escola Base tornou-se, desde 1994, uma referência acadêmica e profissional para se analisarem os danos que a imprensa pode causar ao noticiar, ao tornar público um fato. Uma fantástica denúncia, a vontade de um delegado em ganhar prestígio com os holofotes da mídia e a pressa da imprensa em criar manchetes fortes geraram um grave dano que destruiu a vida de seis pessoas inocentes. Acusados por duas mães de abusos sexuais e de integrar uma rede de pedofilia que fazia filmes pornográficos com crianças de 4 e 5 anos, três casais viram a vida desmoronar ao longo dos quatro meses em que fizeram parte de um inquérito policial cheio de erros, encerrado, por absoluta falta de provas, com a conclusão de que não houve crime algum e de que os seis são inocentes.

### PALAVRAS-CHAVE

Sensacionalismo. Jornalismo. Imprensa. Dano Moral. Direito de Resposta.

Novembro/2014.

---

<sup>1</sup> Este caso foi escrito inteiramente a partir de informações cedidas pela empresa e outras fontes mencionadas no tópico “Referências”. Não é intenção do autor avaliar ou julgar o movimento estratégico da empresa em questão. Este texto é destinado exclusivamente ao estudo e à discussão acadêmica, sendo vedada a sua utilização ou reprodução em qualquer outra forma. A violação aos direitos autorais sujeitará o infrator às penalidades da Lei. Direitos Reservados ESPM.

Terça-feira, 29 de março de 1994. Mais uma manhã de trabalho no fechamento de um telejornal diário, o Jornal da Cultura 60 Minutos, carro-chefe de audiência do jornalismo da TV Cultura de São Paulo<sup>2</sup>.

Por volta das 11h da manhã, um dos repórteres chega da rua com sua equipe e discorre sobre o teor do material que trouxe: uma entrevista com o delegado Edelson Lemos, do 6º DP, no bairro do Cambuci, Zona Sul de São Paulo. O tema da coletiva: a denúncia de exploração sexual de crianças numa escola infantil da região.

O 60 Minutos tinha dois editores executivos: Carlos, que realizava a peneira sobre assuntos das editorias de Internacional, de Esportes e de Artes e Espetáculos e coordenava a cobertura dos produtores, editores e repórteres sobre essas áreas; e outro que fazia o mesmo com as editorias de Política, Economia e Cidades. Ambos informavam o andamento do fechamento de cada editoria para o editor-chefe, que respondia diretamente à chefe de redação do horário e esta, ao diretor de jornalismo<sup>3</sup>.

Como cada editor executivo precisa conhecer o conteúdo total do programa que está sendo preparado, para ajudar na realização de passagens de bloco, ou mesmo para colocar o jornal no ar, a partir da switcher (sala de controle), o editor executivo acompanhou essa reunião, da qual participaram ainda a chefe de redação, o chefe de reportagem, a chefe de apuração e o editor-chefe.

Todos ouviram o relato do repórter sobre a denúncia de que crianças de 4 e 5 anos estariam sendo abusadas na Escola Base, no bairro do Cambuci.

E em meio à repulsa, ao choque que a notícia causou aos presentes, Carlos comentou, ainda à mesa de reuniões:

“Nossa, parece história de filme americano.”

O repórter defendeu a entrada de seu boletim com o argumento de que o delegado que bancava as informações já havia aberto o inquérito e, argumentação final, de que a TV Globo estava no caso e que, conseqüentemente, os colegas de outras emissoras também estariam.

Ora – pensamento recorrente nas redações de jornalismo – se a Globo está noticiando, todos precisam correr atrás dessa informação também.

E assim, o simpático jornal, com cara de revista eletrônica, pautas mais leves, relacionadas à prestação de serviços à sociedade, entrou numa seara da qual raramente se ocupava: o mundo do crime (e a perigosa exploração sensacionalista que envolve quem dele se aproxima).

A partir daquela terça-feira, e por uma semana inteira, o País assistiu, ouviu e leu, diariamente, reportagens angustiantes sobre o crime – que não aconteceu de fato – mas virou um importante caso de estudo sobre a ética jornalística, o Caso Escola Base.

Ocupando um cargo executivo numa redação de telejornal, com acesso a informações obtidas de fontes oficiais, além de textos, boletins e reportagens veiculadas por outras mídias, Carlos viu-se mergulhado numa cobertura que colocava em xeque os preceitos da ética jornalística, entre eles o de apurar cuidadosamente uma denúncia, assegurando integral direito de defesa e de resposta a todos os envolvidos.

Mas, na corrida diária contra o relógio para ter a informação no ar, nos casos de tevê e rádio, ou para entregar o artigo para a impressão, há efetivamente espaço para fugir do discurso da fonte oficial e de realizar uma apuração cuidadosa, ouvindo-se todos os lados envolvidos numa questão?

---

2        Jornal da Cultura 60 Minutos: telejornal com uma hora de duração, veiculado, ao longo dos anos 90, de segunda a sexta-feira, das 12h às 13h.

3        Carlos é o nome fictício do jornalista e professor Sílvio Henrique V. Barbosa, autor deste case.

## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA<sup>4</sup>

Sábado, 26 de março de 1994. Enquanto o marido Chang En Jun via televisão na sala, Lucia Eiko Tanoue descansava no quarto. O filho único do casal, de 4 anos, que aqui chamarei de João (nome fictício, como o das demais crianças que aparecem nessa história, não identificadas nominalmente na época por serem menores de idade), entrou no quarto, deitou-se sobre o corpo da mãe e, conforme ela diria no dia seguinte na delegacia, teria feito nela movimentos imitando o ato sexual. Assustada, Lucia perguntou a ele onde tinha visto aquilo. Ele disse que tinha sido na tevê. Pressionado, disse que teria sido num vídeo na casa do amiguinho de escola, que chamarei de Paulo. Dando sequência ao inquérito familiar, Lucia obteve do filho a informação de que ele teria sido levado para lá durante o período em que ficava na escolinha, a Escola Base, bem perto de sua casa.<sup>5</sup>

A história de horror foi ganhando detalhes ainda mais escabrosos: as crianças João e Paulo, e duas amiguinhas, Maria e Bruna, eram levadas na perua escolar para essa casa não identificada, despidas e praticavam atos libidinosos com adultos, que filmavam tudo o que acontecia.

Lucia não parou por aí, perguntou ao filho se os adultos, um homem e uma mulher, tocavam em suas partes íntimas. Diante da confirmação do garoto, Lucia o despiu e notou uma irritação na região do ânus. Pronto, eis a prova que precisava de que o filho foi vítima de violência sexual.

No dia seguinte, domingo, 27 de março, logo cedo, Lucia apareceu na portaria do prédio de Cléa Parente de Carvalho, mãe de Maria, a melhor amiga do filho, contou a ela a suspeita terrível, que em sua cabeça já era uma história pronta, e pediu que checasse com a filha, também de 4 anos. Cléa questionou a menina e após longo interrogatório chegou à mesma conclusão: Maria também tinha ido à casa de Paulo e vira vídeos de mulher pelada com os outros amigos.

Após passar essa história para Lucia Eiko Tanoue, ambas decidiram ir à polícia realizar a denúncia. Elas foram ao 6º Distrito Policial, no mesmo bairro e registraram a queixa. Mas, dado o adiantado da hora e sabendo que a Escola Base estaria fechada, o delegado de plantão decidiu apurar o caso no dia seguinte.

Segunda-feira, 28 de março. Acompanhada pelas duas mães denunciantes, e os respectivos filhos, a polícia, mesmo sem mandato, fez buscas na Escola Base, onde foi recebida pela proprietária, Maria Aparecida Shimada, a Cida, e pelo marido Icushiro Shimada, dono de um loja copiadora num prédio no centro de São Paulo. Casal simples, eles tinham comprado a Escola Base dois anos antes, juntando todas as economias com as de seus sócios, o casal Paula de Monteiro Alvarenga, prima de Cida, e Maurício de Monteiro Alvarenga.

Cida e Paula cuidavam da parte pedagógica da escola e Maurício estava, há poucas semanas, recebendo treinamento para assumir a direção da perua de transporte escolar.

Além da Escola Base, os policiais foram também ao apartamento de Saulo e Mara Nunes, pais de Paulo, garoto citado no interrogatório doméstico feito pelas duas mães denunciantes, Lucia e Cléa. Os policiais revistaram o apartamento e apreenderam fitas de vídeo cassete, mas as crianças não reconheceram o apartamento como sendo o local que teriam visitado durante as tarde em que saíam da Escola Base.

---

4 Todos os nomes das pessoas citadas, a partir desse momento, são reais, obtidos no livro Caso Escola Base, os abusos da imprensa (São Paulo: Ática, 1995), de Alex Ribeiro, bem como nos artigos jornalísticos encontrados na web que noticiam os fatos expostos. A exceção é para os nomes das crianças, conforme explicado a seguir.

5 Conforme estabelece o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 143, é proibida a identificação de menores de 18 anos envolvidos em situações infracionais, por isso a necessidade de se omitirem os nomes reais das crianças.

Sem nenhuma prova concreta, os policiais retornaram à delegacia com as duas mães furiosas diante da falta de ação. Elas, então, ligaram para a TV Globo para fazer a denúncia e, no final do dia, apareceu a equipe liderada pelo repórter Valmir Salaro.

## COMEÇA O CIRCO MUDIÁTICO

Com a chegada da Globo, o delegado de plantão decidiu agir e convocou os donos da Escola Base para prestar depoimento. Eles afirmaram, depois, que foram ameaçados e, até mesmo, agredidos fisicamente, pelos agentes para que confessassem a existência de um esquema de pedofilia. E, mais uma vez, como não havia nada de concreto nessa história, os dois casais foram liberados.

Um repórter do jornal Diário Popular, Antônio Carlos Silveira dos Santos, também esteve presente, chamado pelo delegado Edelson Lemos, revelando um tipo de relação bastante comum, em que delegados e jornalistas estabelecem uma espécie de troca de favores: uma informação exclusiva vale uma reportagem de louvor ao delegado, que certamente servirá para enriquecer sua folha de serviços.

O jornalista falou com as duas mães denunciantes, entrevistou Icushiro Shimada e, depois de tudo, concluiu que a denúncia era fraca demais para virar notícia. A chefia dele concordou e o Diário Popular decidiu segurar a história para quando saísse o laudo do Instituto Médico Legal, que diria se João tinha ou não sofrido agressão sexual. Ponto positivo para a imprensa.

Terça-feira, 29 de março. O circo do sensacionalismo já estava armado. Na ronda que profissionais de rádios, tevês e jornais costumam fazer diariamente, ligando para o Copom (Centro de Operações da Polícia Militar) e outros órgãos policiais, surgiu a denúncia sobre o suposto caso de pedofilia numa escola infantil. Prato cheio para os meios que exploram o filão do jornalismo policial. E, com todos sabendo que a Globo cobria o caso com Valmir Salaro, seu principal repórter de polícia, todas as mídias correram para o 6º DP solicitando entrevista com o delegado Edelson Lemos.

No centro das atenções e dos holofotes, o delegado afirmou que o IML comprovou que o menino João fora vítima de atos libidinosos. Na verdade, não se tratava do laudo oficial do IML, mas apenas de um telex absolutamente inconclusivo que dizia que os hematomas no reto do menino poderiam ter sido causados por atos libidinosos.

Mesmo sem o laudo oficial, não divulgado, a imprensa noticiou o caso, creditando as informações ao delegado. E teve início uma sucessão de manchetes escandalosas ao longo daquela semana:

Folha da Tarde:

Perua escolar carregava crianças para orgia

O Estado de S. Paulo:

Crianças sofrem abuso na escola

Notícias Populares:

Kombi era motel na escolinha do sexo

Perua escolar levava crianças para orgia no maternal do sexo

Revista Veja:

Uma escola de horrores

O Globo:

CPI pedirá quebra de sigilo de suspeitos de abuso sexual

Da mesma forma, rádios e tevês também exploraram o veio sensacionalista nos dias seguintes, provocando a fúria popular contra as famílias envolvidas, que, na terça-feira mesmo tiveram que se esconder em casas de amigos e parentes.

Na quarta-feira, 30 de março, a Escola Base sofreu o primeiro ataque de vândalos, com o lançamento de um coquetel molotov. Sem receber qualquer proteção, a escola foi invadida e saqueada na madrugada de sexta-feira, 1º de abril. Na madrugada seguinte, a casa de Paula e Maurício, professora e motorista da perua escolar, também foi invadida e saqueada.

No domingo de Páscoa, 3 de abril, os acusados, ainda escondidos, concederam entrevista a três jornalistas. Pela primeira vez, o código de ética do jornalista foi respeitado, e a outra parte pôde contar sua versão.

Apesar disso, a grande imprensa, mergulhada na febre do sensacionalismo, continuou noticiando denúncias anônimas, fofocas e as preocupações dos pais da Escola Base: as crianças podiam ter sido dopadas; podiam ter contraído aids; a dona da escola seria amante da própria prima e sócia e ambas frequentariam orgias. E deixou, a imprensa, de lado informações importantes, como o fato de nenhum indício comprometedor ter sido encontrado na escola ou no apartamento dos pais do aluno Paulo.

E na terça-feira, 5 de abril, exatamente uma semana após as mídias noticiarem pela primeira vez o caso, e enquanto entregava para a imprensa o laudo inconclusivo do IML, que confirmava lesão na região anal de João, mas sem detalhar a causa, o delegado Edelson Lemos pediu a prisão temporária dos três casais: Cida e Icushiro, Paula e Maurício, donos e sócios da escola Base, e Saulo e Mara, pais do menino Paulo, que, pela denúncia, promoveriam a orgia com as crianças.

Só esse último casal foi preso naquela noite, caindo numa armadilha quando se apresentou para depor.

## A FANTASIA COMEÇA A DESMORONAR

Saulo e Mara, mesmo com álibis comprovando que não iam à Escola Base para participar de orgias, ficaram na cadeia até a sexta-feira, 8 de abril, quando, já bem-informado sobre a falta de provas ou mesmo de que qualquer tipo de abuso tivesse realmente ocorrido com as crianças, o juiz Galvão Bueno, que determinou a prisão, revogou a ordem, libertando o casal Saulo e Mara. E, num sinal claro de que o Estado preparava-se para assumir seu erro, o delegado Edelson Lemos, que entregava diariamente manchetes prontas para a imprensa, foi afastado do caso.

A essa altura, a imprensa já estava dividida. Havia quem ainda apostava na existência de uma rede de pedofilia, enquanto outros defendiam a inocência dos acusados.

Mas quando tudo parecia que se encaminhava para o fim da história, na segunda-feira, dia 11, uma denúncia anônima de suspeita de pedofilia levou a polícia à casa do norte-americano Richard Pedicini, no bairro da Aclimação, onde ele vivia com a namorada brasileira, a empregada e os dois filhos dela.

Na revista da casa, a polícia apreendeu álbuns de fotos de praias de nudismo nos Estados Unidos e no Rio de Janeiro, além de 11 fotos de garotos da vizinhança nadando nus ou de cueca na piscina da casa.

Preso, Richard foi enquadrado por corrupção de menores e violação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe fotografar ou divulgar fotos com menores de 18 anos.

A parte da imprensa que apostava que houve crime na Escola Base associou os dois casos em manchetes novamente sensacionalistas e mentirosas:

Diário Popular:

Americano fazia fotos eróticas com crianças

O Estado de S. Paulo:

Alunos da escola Base reconheceram casa do americano

Folha de S. Paulo:

Criança liga americano a abuso de escola

As três manchetes acima seriam desmentidas pelo novo delegado do caso dois dias depois da prisão, em 13 de abril. Gérson de Carvalho jogou um balde de água fria na imprensa: afirmou que um caso não tinha nada a ver com o outro.

Mais uma vez, parte da imprensa apressou-se no pré-julgamento, buscando na prisão do americano, o elo que faltava na cadeia de pedofilia que, diziam os artigos, tinha ramificações internacionais.

Uma semana após a prisão, a Justiça ordenou a soltura do americano Richard. Periciadas, as fotos apreendidas na casa do americano não apresentavam conotação sexual alguma.

Quanto ao laudo do IML que comprovou lesões na região do ânus de João, peritos chamados pela imprensa disseram que assaduras provocadas por constipação intestinal causariam as mesmas marcas.

O mea-culpa da imprensa começou em 22 de junho quando a polícia encerrou o inquérito do caso Escola Base concluindo que não houve crime e que os seis acusados eram inocentes.

Dizia a grande imprensa:

Jornal da Tarde:

Escola Base: vidas humilhadas (20/6)

O Estado de S. Paulo:

Inquérito da Escola Base termina sem provas (22/6)

Folha da Tarde:

Seis acusados de abuso sexual em escolinha vivem pesadelo (29/6)

Veja:

Tragédia de enganos (29/6)

## FATOS

*“A coisa mais incrível, na ocasião, foi a catarse que aconteceu. Os jornalistas que cobriam o caso ficaram cegos e surdos para as informações que colocavam a acusação em xeque. Por exemplo, quando a TV Cultura começou a produzir pautas na contramão dos demais veículos, eu fui “inquirida” por um grupo de colegas porque eles queriam saber QUEM é que estava “comprando” a emissora!!! Estávamos em uma delegacia onde o casal Shimada estava sendo ouvido em mais um depoimento e um grupo de uns 10 colegas me cercou para esse inquérito, digamos! Na época, se eu não tivesse a certeza do que estávamos fazendo, na TV Cultura, eu teria me sentido acuada! Eu disse pra eles: vocês já pensaram na possibilidade de estarem dando a notícia errada? Façam a conta! Acham mesmo que uma escolinha de bairro tem grana pra comprar a linha editorial de uma emissora? Saí de lá chocada com a postura dos colegas. Desculpe, mas me envergonhei de fazer parte daquele grupo de pessoas!” – Jornalista Sandra de Angelis<sup>6</sup>*

A jornalista Sandra de Angelis concedeu esse forte depoimento especificamente para a construção deste case de jornalismo da ESPM. A entrevista, em julho de 2014, permite que se tenha uma visão mais completa do processo vivenciado pelos jornalistas que trabalhavam no Departamento de Jornalismo da TV Cultura, mas cujos detalhes do dia a dia da cobertura policial não acompanhavam, por terem que cuidar de outras editorias, como Internacional, Esportes e Artes. Já Sandra de Angelis, então chefe de apuração da emissora, era responsável direta por informar toda a cadeia de produção de notícias da tevê o que se passava com esse caso.

E foram os cuidados redobrados de Sandra na apuração do que estava acontecendo que ajudaram o Departamento de Jornalismo da TV Cultura a se distanciar das manchetes escandalosas que, diariamente, ocupavam o restante da imprensa.

Se, nos dois primeiros dias de divulgação da notícia da Escola Base, a TV Cultura acompanhou o “efeito manada”, repetindo o discurso do restante da imprensa, em especial da TV Globo, e apresentou os fatos na versão do delegado Edelson Lemos, logo em seguida, passou a dar um tratamento cuidadoso.

A cobertura, que não explorava boatos e manchetes fáceis, chamou a atenção do advogado de defesa do casal Shimada e, por isso, o repórter Florestan Fernandes, da TV Cultura, foi escalado, em pleno domingo de Páscoa, 3 de abril, para a primeira entrevista concedida pelos denunciados, que estavam escondidos temendo o linchamento.

A partir dessa entrevista, em que o casal pôde defender-se pela primeira vez, é que boa parte da imprensa se virou contra o jornalismo da Cultura, com comentários de que a rede de pedofilia, que, diziam as fofocas, envolveria altos figurões da sociedade, havia comprado a TV Educativa de São Paulo.

O jornalista policial Valmir Salaro, da TV Globo, que não teve acesso a uma entrevista exclusiva com os denunciados, manteve a cobertura que vinha fazendo até então, confiando nas diretrizes apresentadas pelo delegado Edelson Lemos.

<sup>6</sup> A jornalista Sandra de Angelis, então chefe de apuração da TV Cultura de São Paulo, concedeu a entrevista ao autor deste case em julho de 2014.

Como conta Sandra de Angelis, ela foi questionada pelos colegas jornalistas quando estava no corredor do 6º DP, que insinuaram que a TV Cultura teria sido subornada pela suposta “máfia da pedofilia”. Ela respondeu que “vocês já pensaram na possibilidade de estarem dando a notícia errada? Façam a conta! Acham mesmo, que uma escolinha de bairro tem grana pra comprar a linha editorial de uma emissora? Saí de lá chocada com a postura dos colegas. Desculpe, mas me envergonhei de fazer parte daquele grupo de pessoas!”.

O desabafo de Sandra mostra que no calor de um caso que causa tanta comoção, até mesmo os repórteres investigativos podem se deixar levar pelas teorias conspiratórias, pelo diz-que-diz, pela fofoca, enfim, justamente por aquilo que significa o oposto do bom jornalismo, baseado na investigação, na apuração cuidadosa, na construção de uma história após ter ouvido e analisado os muitos envolvidos na situação.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Caso Escola Base: relato do jornalista que não caiu no erro da mídia. In <http://portal.comuniquese.com.br/index.php/entrevistas-e-especiais/74000-caso-escola-base-relato-do-jornalista-que-nao-caiu-no-erro>, consultado em julho de 2014.

Código de Ética do Jornalista, in [http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf)

COSTA, Caio Túlio. Ética, jornalismo e nova mídia: Uma moral provisória. São Paulo: Zahar, 2009.

Imprensa amadureceu após o Caso Escola Base, in <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1432195-imprensa-amadureceu-apos-o-caso-escola-base-aponta-debate.shtml>, consultado em julho de 2014.

O caso Escola Base, 20 anos depois – Por Luís Nassif. <http://jornalggn.com.br/noticia/o-caso-escola-base-20-anos-depois>, consultado em julho de 2014.

RIBEIRO, Alex. Caso Escola Base, os abusos da imprensa. São Paulo: Ática, 1995.

SÁ, Antônio Lopes. Ética Profissional. São Paulo: Atlas, 2004.